

História do pensamento tradutório do século XVIII francês: múltiplas abordagens

Cristian Cláudio Quinteiro Macedo¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: O presente artigo apresenta o resultado da investigação sobre a hegemonia da forma de tradução conhecida como *belles infidèles* (criada no século XVII) ao longo do século XVIII, na França. Para tanto, três pesquisas foram consultadas nas áreas de Historiografia da Tradução, Filosofia e Literatura, todas tratando do pensamento tradutório do período. Das três, apenas a última centrou sua análise nas *belles infidèles*. A pesquisa em Historiografia da Tradução considera que o século XVIII teve várias ideias sobre tradução presentes em diferentes meios, o que permite aos pesquisadores múltiplas portas de entrada ao pensamento tradutório setecentista. Já a pesquisa filosófica observa que havia uma teoria tradutória predominante no período, fundamentada nos princípios filosóficos da Gramática de Port Royal.

Palavras-chave: Estudos da Tradução; Historiografia da Tradução; Século XVIII; *Belles infidèles*.

Title: History of translation 18th-Century French Thinking: multiple approaches

Abstract: The present article presents the result of the investigation on the hegemony of the form of translation known as *belles infidèles* (created in the 17th century) throughout the 18th century in France. To this end, three researches were consulted in the areas of Historiography of Translation, Philosophy and Literature, all dealing with the translational thought of the period. Of the three, only the last centered its analysis on the *belles infidèles*. The search in Translation Historiography considers that the eighteenth century had several ideas about translation present in different media, which allows researchers multiple gateways to eighteenth-century translation thinking. Philosophical research, on the other hand, observes that there was a predominant translation theory in the period, based on the philosophical principles of Port Royal Grammar.

.Keywords: Translation Studies; Translation Historiography; XVIII century; *Belles infidèles*.

¹ Doutorando em Letras (UFRGS). Orcid:/ 0000-0002-7785-7534. E-mail: cristian.macedo@ufrgs.br

² Professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFRGS). Orcid: 0000-0002-3643-3209. E-mail patricia.amos@ufrgs.br

Introdução

Parece comum, no campo dos Estudos da Tradução, ter como chave de leitura das traduções francesas dos séculos XVII e XVIII a noção associada à expressão *belles infidèles*. Mas seria ela capaz de abarcar duzentos anos de história da reflexão e da prática tradutória em um dos mais ricos centros culturais do mundo de então?

Na obra *Tradução: teoria e prática*, ao explicar o que seriam as *belles infidèles*, John Milton afirma que “os tradutores franceses, a fim de chegar à clareza de expressão e à harmonia de som, muitas vezes faziam acréscimos, alterações e omissões nas suas traduções”. Em meados do século XVII, na produção de Nicolas Perrot D’Ablancourt³, veríamos as traduções prototípicas das *belles infidèles*. Nas traduções de d’Ablancourt, conforme Milton, “encontramos um culto ao belo que, em sua maior parte, consistia em razão e clareza”. Buscava também, este tradutor, a “nobreza” e a “impressão semelhante à que o original teria suscitado” (MILTON, 1998, p. 56-57). Milton afirma também que era “o estilo dominante de tradução na França durante os séculos XVII e XVIII” (MILTON, 1998, p. 55) e que, em relação à literatura alemã, “a literatura traduzida na França nos séculos XVII e XVIII estava em uma posição muito inferior”, pois “toda tradução teve de se conformar com as normas francesas - tudo o que foi traduzido na época foi afrancesado” (MILTON, 1998, p. 188).

Possivelmente, quem se interessa pelos Estudos da Tradução já conhece a expressão *belles infidèles*. Ela surgiu a partir de um comentário feito por Gilles Ménage acerca da tradução das *Obras Completas* de Luciano de Samósata feita por D’Ablancourt em 1654⁴. Ao comparar a obra deste a uma amante da juventude, Ménage faz o caminho oposto ao da elegância almejada pelo tradutor em questão. De mau gosto e misógina, sua origem já dá suficientes motivos para que se repense o uso da expressão como “rótulo” de uma maneira de traduzir.

Porém, a despeito da questão denominativa, parece-nos que acreditar em uma tradução “à francesa”, que persistiu homogênea e sem rivais ao longo de tanto tempo talvez seja uma perspectiva pouco científica. O presente artigo pretende confirmar ou não as afirmações de Milton supracitadas que expressam a existência de uma única perspectiva de tradução ao longo dos séculos XVII e XVIII. Para tanto, optamos por delimitar temporalmente nossa análise ao século XVIII, na medida em que há um distanciamento do período em que foram publicadas as traduções de D’Ablancourt e do chamado “apogeu” das *belles infidèles* (MILTON, 1998, p.55). Caso encontrássemos em nossa delimitação temporal uma supremacia teórica e prática dessa maneira de traduzir, a sua continuidade e homogeneidade seriam

³ D’Ablancourt foi um importante tradutor francês que viveu entre 1606 e 1664. Membro da Academia Francesa, preocupava-se com a pureza da língua francesa. Suas traduções se notabilizaram por apresentar o conteúdo da obra original adaptado às regras que se estabeleciam no século XVII para a língua francesa, contemplando a elegância, a harmonia e o bom gosto.

⁴ Lors que la version de Lucien de M. d’Ablancourt parut, bien des gens se plainirent de ce qu’elle n’étoit pas fidele. Pour moi je l’appellai la belle infidele, qui étoit le nom que j’avois donné étant jeune à une de mes maîtresses. Ce mot plaisoit si fort à M. le premier Président de Lamoignon, qu’il ne me voïoit jamais qu’il ne parlat de la belle infidele (MENAGE, 1694, p. 306).

difíceis de refutar. Mas se, ao contrário, fossem encontrados estudos sérios, bem documentados, cujo objeto fosse especificamente a teoria e a prática tradutória setecentista na França e trouxessem outras perspectivas de tradução presentes no período, a ideia de uma exclusiva maneira francesa de traduzir cairia por terra. Foi o que de fato ocorreu. No portal *Persée*⁵, base de artigos científicos em língua francesa, três artigos foram encontrados que tratam especificamente do pensamento tradutório na delimitação temporal que estabelecemos. Cada um deles partindo de uma disciplina específica: a Historiografia da Tradução, a Filosofia e a Literatura.

A primeira seção de nosso artigo trata da disciplina a partir da qual abordamos a questão, a Historiografia dos discursos tradutórios. As três seguintes são leituras dos pesquisadores estudados: André Leclerc, com sua perspectiva histórico-filosófica; Lieven D’Hulst, com seu trabalho no campo da Historiografia da Tradução; e Alain Montandon, com seu ensaio de História da Literatura.

A Historiografia dos discursos tradutórios

Este artigo é resultado de uma pesquisa de Historiografia da Tradução, com foco nos discursos teóricos e, por essa razão, a presente seção apresenta algumas informações sobre o percurso dessa abordagem dentro dos Estudos da Tradução.

Desde Hurtado Albir (1994), uma das primeiras pesquisadoras a estabelecer um lugar para a historiografia nos Estudos da Tradução, é possível perceber um crescente aprimoramento dessa dimensão na disciplina. Quando se trata das teorias e discursos sobre tradução como um todo, a Historiografia da Tradução já tem constituído um corpo de ferramentas de análise que não fica atrás da Historiografia propriamente dita. Isso pode ser percebido seja nas questões a serem lançadas ao objeto (WOODSWORTH, 1998), nos modelos de abordagem que incluem fontes documentais e delimitações temporais (LÉPINETTE, 2015), seja no entendimento de que cabe ao historiador da tradução a constituição do *corpus* de análise, a escolha espacial e cronológica e o estudo do contexto e da epistemologia dos quais emergiram a teoria ou as teorias estudadas (D’HULST, 1994 e 2014).

Com base no modelo de Holmes para os Estudos da Tradução, proposto inicialmente em *The Name and Nature of Translation Studies*, Hurtado Albir (1994) elabora sua perspectiva sobre a disciplina. Para ela, o lugar da Historiografia da Tradução é o de uma dimensão que transpassa seus três ramos: o descritivo, o teórico e o aplicado. A historiografia dos discursos acerca da tradução é uma das possibilidades de pesquisa no campo, encaixando-se em seu ramo teórico.

Em Woodsworth (1998), temos uma orientação que diz respeito às questões possíveis ao se produzir uma pesquisa em historiografia dos discursos sobre tradução:

[...] o que disseram os tradutores sobre sua arte/ofício/ciência? Como foram avaliadas as traduções em diferentes épocas? Que tipo de recomendações davam os

⁵ <https://www.persee.fr>.

tradutores? Como foi ensinada a tradução? Como se relacionava esse discurso com outros discursos do mesmo período?⁶¹ (1998, p. 101, tradução nossa).

Encontramos também uma perspectiva historiográfica para analisar os discursos sobre tradução em Brigitte Lépinette, que organizou sua abordagem em dois grandes modelos: o *sociológico-cultural* e o *histórico-descritivo*. O *sociológico-cultural* toma o fenômeno *tradução* em seu contexto social e cultural de produção e recepção. Visa determinar e avaliar as consequências da tradução na história da cultura nacional a que se destina. As relações causais seriam o eixo desse modelo historiográfico (LÉPINETTE, 2015, p. 142). Já o modelo *histórico-descritivo* foi dividido pela autora em dois submodelos: O *descritivo-comparativo*, centrado nas teorias da tradução, ou “nos diferentes conceitos aos quais se articulam estas teorias” e sua “evolução no tempo”⁷; e o *descritivo-contrastivo*, que analisa as muitas traduções de um mesmo texto de partida (LÉPINETTE, 2015, p. 143). O modelo descritivo-comparativo lida com os metatextos, isto é, “o conjunto das reflexões sobre a tradução, os escritos teóricos do passado que permitem a análise dos conceitos metatradutológicos”⁸. Em termos de técnicas de análise desse modelo, Lépinette propõe: buscar nas fontes o percurso de um conceito metatradutológico ao longo do tempo; mapear o conjunto de conceitos metatradutológicos em um mesmo texto; comparar o percurso de um ou vários conceitos metatradutológicos com conceitos de outras disciplinas, como a linguística, por exemplo (LÉPINETTE, 2015, p. 146-147).

Em seu artigo *Pour une historiographie des théories de la traduction: questions de méthode* (1995), Lieven D’Hulst, um dos mais prolíficos historiadores atuais da tradução, estabelece sua perspectiva sobre o campo. Entre seus pontos de reflexão, podemos destacar sua preocupação com as fontes documentais de pesquisa, com o contexto dos discursos tradutórios e com a transformação das ideias neles presentes ao longo do tempo. Para D’Hulst, o objetivo primeiro do historiador que pesquisa os discursos tradutórios deve ser a sua “reconstrução ideal, segundo o ponto de vista daqueles que os conceberam e de seus usuários” (D’HULST, 1995, p. 19). Para ele, apesar de difícil, a “reconstrução ideal” é possível na medida em que o historiador das teorias da tradução eleja uma abordagem com base em seu projeto de pesquisa, definindo claramente seu objeto. Assim, o pesquisador deixa “aberta a via para outras abordagens que realizarão seleções e análises diferentes do mesmo campo de reflexão” (D’HULST, 1995, p. 22). Na obra *Essais d’histoire de la traduction*, de 2014, D’Hulst, mesmo quando trata da Historiografia de Tradução de forma mais ampla, apresenta o discurso tradutório como importante em todas as possíveis frentes de pesquisa. Ao se ocupar da história dos sujeitos da tradução, do que foi e do que não foi traduzido, dos locais de sua produção, impressão e distribuição, ele inclui em sua análise a historicidade das teorias e reflexões sobre a tradução.

⁶[...] what translators have had to say about their art/craft/science; how translations have been evaluated at different periods; what kinds of recommendations translators have made or how translation has been taught; and how this discourse is related to other discourses of the same period.

⁷ [...] en los diferentes conceptos a los cuales se articulan estas teorías [...] evolución en el tiempo [...].

⁸ [...] el conjunto de las reflexiones sobre la traducción, los escritos teóricos del pasado que permiten el análisis de los conceptos metatraductológicos.

A pesquisa cujos resultados são apresentados no presente artigo tem como *corpus* três trabalhos inscritos em diferentes disciplinas, no entanto com o mesmo objeto: os discursos tradutórios do século XVIII. É sob a visão da Historiografia da Tradução, buscando responder nosso problema de pesquisa, que foram analisados e serão apresentados nas seções seguintes.

Uma abordagem filosófica: as bases de uma teoria da tradução

No artigo *Le problème de la traduction au siècle des Lumières : obstacles pratiques et limites théoriques*, de 1988, André Leclerc busca refutar a afirmação de Georges Mounin de que não havia teoria da tradução antes do século XX e sim “um empirismo da tradução”⁹ (1963, p.12). Leclerc entende que, no século XVIII, foi produzida uma teoria tradutória a partir de uma perspectiva linguística com bases em teorias filosóficas presentes na edição setecentista da *Gramática de Port-Royal [Grammaire Générale et raisonnée]* (1754). O autor nomeia os colaboradores da *Gramática de Port-Royal* de *gramáticos filósofos*, pois teriam proposto uma “ciência” em oposição à “arte gramatical”, que se limitaria a uma língua específica. A *Gramática* propunha a existência de elementos linguísticos universais (*universais substanciais*) que seriam “necessários à expressão do pensamento lógico em todas as línguas”. Desta forma, sua preocupação era o estudo de princípios que possibilitassem a construção de enunciados capazes de representar e comunicar satisfatoriamente um pensamento (LECLERC, 1988, p. 44).

O autor pontua a visão tripartite dos clássicos frente à realidade: mundo, pensamento, discurso. O mundo é constituído de coisas; o pensamento, de ideias; o discurso, de palavras. As ideias são representações mentais de coisas, cujos signos são as palavras. O significado de cada palavra seria a ideia a ela relacionada no pensamento do sujeito que a utiliza. Essa relação (ideia-palavra) se dá a partir de convenções específicas de cada cultura. Daí as diferentes “nomenclaturas” de cada língua. Os pensamentos e os sentidos seriam universais, enquanto a língua traria as especificidades de cada povo (LECLERC, 1988, p. 45).

A *Gramática*, afirma Leclerc, se apoia ao mesmo tempo na teoria do espírito (ocupada em reconhecer a natureza, as faculdades e as operações da mente bem como estudar a gênese das ideias e do conhecimento) e na lógica (cujas proposições são entendidas sob a fórmula clássica sujeito-cópula-predicado). Seu ponto de partida é a “unidade de proposição”, entendida como “a representação do julgamento” (LECLERC, 1988, p. 45). A *Gramática* sustentava a ideia de que a tradução sempre é possível:

Visto que a linguagem é feita para expressar e comunicar pensamentos, que qualquer pensamento que pode ser expresso por uma proposição está necessariamente na forma sujeito-cópula-predicado, e que o pensamento lógico é universal (o mesmo em todos os lugares e para todos), decorre que qualquer língua “civilizada”, qualquer língua que tenha alcançado um estágio de desenvolvimento

⁹ [...] un empirisme de la traduction [...].

que lhe permita expressar totalmente o pensamento, deve necessariamente ter expressões usadas para “marcar” os objetos de nossos pensamentos e o que afirmamos ou negamos desses objetos, e expressões destinadas a marcar a ação de nossa mente que afirma, nega, questiona, deseja, ordena etc., ou seja, os verbos, cuja função é a da cópula: unir o sujeito e o predicado de uma proposição. Os universais substanciais da *Gramática de Port-Royal* fornecem ao tradutor sólidos pontos de apoio para o estabelecimento de correspondências entre os léxicos de uma língua-fonte e de uma língua-alvo¹⁰ (LECLERC, 1988, p. 46-47, tradução nossa).

Os princípios da *Gramática de Port-Royal* eram compartilhados por muitos dos pensadores iluministas, mas Leclerc destaca Pierre Louis Moreau de Maupertuis, um ponto fora da curva, cujas ideias são fortemente combatidas por seus contemporâneos. Na obra *Réflexions philosophiques sur l'origine des langues et la signification des mots*, de 1748, Maupertuis apresenta o que Leclerc entende como a primeira formulação do princípio da relatividade linguística atribuído geralmente a Wilhelm Von Humboldt. Maupertuis entende que línguas como o francês e o inglês parecem ser, em muitos casos, traduções uma da outra (o que é *pain* em Paris, é *bread* em Londres). Mas existiriam línguas próprias de lugares muito distantes e formadas por “planos de ideias” tão diferentes das línguas faladas na Europa que não seria possível traduzi-las (LECLERC, 1988, p. 47).

Em 1850, Anne Robert Jacques Turgot responde a Maupertuis no texto *Remarques critiques sur les réflexions philosophiques de M. de Maupertuis*, seguindo os princípios linguísticos comuns à época. Turgot afirma que o “plano de ideias diferentes” seria uma invenção de Maupertuis, visto que todos os povos teriam os mesmos sentidos, nos quais se formam as ideias. A dificuldade de tradução não estaria nesse plano, mas no campo das metáforas próprias a cada grau de desenvolvimento de uma língua. As línguas “imperfeitas” seriam semelhantes entre si. O mesmo se daria entre línguas “civilizadas”. As imagens mais grosseiras produzidas por ideias acessórias nas línguas “imperfeitas” seriam suavizadas em uma língua “civilizada”. Ao responder a Maupertuis, Turgot levanta pontos para o debate tradutório: as metáforas, as ideias acessórias, as diferenças de desenvolvimento da língua (LECLERC, 1988, p. 48).

Leclerc afirma que a palavra conotação [*connotation*] não era usada no século XVIII para expressar o que hoje significa. Na época, a noção de *ideias acessórias* é que dava conta das possibilidades de sentido de uma palavra. Cada palavra trazia seu significado, mas ganhava novas nuances de significação de acordo com a função gramatical ou com os “valores afetivos” adicionados por seus usuários. É pela noção de ideias acessórias que os casos de sinonímia

¹⁰Parce que le langage est fait pour exprimer et communiquer les pensées, parce que toute pensée exprimable par une proposition est nécessairement de la forme Sujet-Copule-Prédicat, et parce que la pensée logique est universelle (la même partout et pour tous), il s'ensuit que toute langue « policée », toute langue ayant atteint un stade de développement lui permettant d'exprimer complètement la pensée, doit forcément disposer d'expressions servant à « marquer » les objets de nos pensées et ce que nous affirmons ou nions de ces objets, et d'expressions destinées à marquer l'action de notre esprit qui affirme, nie, interroge, souhaite, ordonne, etc., c'est-à-dire les verbes, dont la fonction est celle de la copule : unir le Sujet et le Prédicat d'une proposition. Les universaux substantiels de la G.G. assurent le traducteur de solides points d'appui pour établir des correspondances entre les lexiques d'une langue-source et d'une langue-cible.

aparente e os tropos são explicados pelos pensadores clássicos (LECLERC, 1988, p. 55).

Considerando sinônimas as palavras com um significado principal comum, mas com ideias acessórias particulares, equalizar entre as línguas fonte e alvo as palavras que possibilitem uma tradução satisfatória é um problema tradutório, segundo o autor. Da mesma forma que é um problema quando o tradutor se vê diante de um tropo em língua estrangeira, ou seja, quando há um jogo de relações e de intercâmbios entre o nome de uma ideia acessória e o nome de uma ideia principal que fazem surgir as metáforas, metonímias, etc.

Após discorrer sobre a forma de reflexão setecentista diante desses e outros problemas de tradução, buscando suas bases na *Gramática de Port Royal* representadas ao longo do século por diversos pensadores iluministas, Leclerc conclui que havia de fato uma teoria da tradução no século XVIII e apresenta sua definição de teoria:

Uma teoria é um conjunto de proposições verdadeiras ou empiricamente adequadas e sistematicamente relacionadas umas às outras. Uma teoria da tradução deve dar os fundamentos da arte de traduzir, mostrar como a tradução é possível em princípio e quais são os principais obstáculos que podem afetar diretamente o seu êxito. A partir de tal teoria, deve-se poder deduzir máximas ou regras que podem guiar a prática da tradução¹¹ (LECLERC, 1988, p. 60, tradução nossa).

Em resumo, com base nos universais linguísticos substanciais, que considera que todas as línguas têm recursos para comunicar os pensamentos (estes, passíveis de serem universalmente compreendidos, na medida em que refletem a percepção dos sentidos) e que esses universais serviriam de instrumentos para encontrar palavras correspondentes em línguas diferentes, a possibilidade da tradução era um consenso entre os iluministas. Apesar disso, as ideias acessórias, constituídas por valores suplementares aos do significado principal de uma palavra, abriam espaço para os sinônimos e tropos, o que implica uma atenção do tradutor para a melhor escolha de palavras na língua-alvo visando a que o pensamento seja transmitido na tradução.

Uma abordagem historiográfica: mapeando a episteme setecentista

Não se atendo a uma possível teoria dominante, como Leclerc, Lieven D'hulst propõe outros caminhos para se pensar a tradução no século XVIII. Em seu texto *Unité et diversité de la réflexion traductologique en France (1722-1789)*, o pesquisador atenta para a complexidade de se optar, em uma abordagem histórica, ou por uma perspectiva acerca da unidade, ou por uma perspectiva frente à diversidade das ideias tradutórias.

Para ele, quando se estabelece uma espécie de “núcleo prototípico” compartilhado

¹¹Une théorie est un ensemble de propositions vraies ou empiriquement adéquates et systématiquement reliées les unes aux autres. Une théorie de la traduction doit donner les fondements de l'art de traduire, montrer comment la traduction est possible en principe, et quels sont les principaux obstacles qui peuvent affecter directement le succès de l'entreprise. D'une telle théorie on devrait pouvoir déduire des maximes ou règles qui pourraient guider la pratique de la traduction.

por muitos pensadores e se relegam a segundo plano autores e teorias que não se encaixam no padrão, cria-se uma falsa ideia de homogeneidade. Por outro lado, quando se foca na diversidade, pode-se pecar pela impressão de uma total heterogeneidade, que também não reflete as relações entre os intelectuais e suas produções. Ao se pesquisar as reflexões sobre tradução no século XVIII, é preciso levar em conta que são muitos os possíveis caminhos seguidos por elas, cuja coerência interna é vislumbrada de forma aproximativa. As necessárias definições de objetos, fontes, recortes abrem possibilidades para diferentes abordagens (1996, p. 84-85).

Quando se busca o lugar da tradução nos saberes organizados pelos enciclopedistas, por exemplo, não se encontra um lugar específico para a tradução. Não havia lugar para esse saber que se comparasse à Gramática ou à Retórica, por exemplo. Nesse sentido, D'hulst lembra que se trata de um momento histórico diferente do nosso. Não cabe ao pesquisador projetar a perspectiva contemporânea dos saberes e suas valorações no passado. Cabe-lhe, isso sim, avançar na busca de discursos que lhe tragam informações sobre o que se pensava sobre a tradução. Propõe, então, que não se considere uma teoria da tradução “explícita e autônoma”, pois não se encaixaria na epistemologia do período. Para encontrar as reflexões sobre a tradução do período, é preciso ir além dos textos teóricos propriamente ditos (D'HULST, 1996, p. 86).

D'hulst faz sua abordagem a partir do uso da tradução no ensino do latim, focando nos estudos de César Chesneau Du Marsais – *Exposition d'une méthode raisonnée de la Grammaire pour apprendre la langue latine* (1722) e *Les véritables principes de la Grammaire ou nouvelle Grammaire raisonnée pour apprendre la langue latine* (1729). O método de Du Marsais consistia em uma proposta de gramática contrastiva, na qual o aluno se apoiava na tradução interlinear. Seu método também englobava atividades tradutórias dos aprendizes, nas quais reconstruções do texto em latim eram realizadas inicialmente de forma interlinear e, depois, era feita uma tradução “elegante”, também chamada “tradução dos pensamentos”. As explicações gramaticais relativas às semelhanças e diferenças entre os “gênios” das duas línguas vinham depois das atividades tradutórias. Apesar de resistências iniciais, principalmente por parte dos jesuítas, seu método, no que diz respeito ao papel da tradução, torna-se preponderante no século XVIII para o ensino de línguas. Todavia, é importante destacar que nem Du Marsais, nem seus detratores teorizaram sobre a tradução. Por se tratar de um instrumento didático muito antigo, ela foi apenas retomada com lugar de destaque por Du Marsais em sua proposta de ensino (D'HULST, 1996, p. 87).

A diferenciação entre tradução interlinear e “tradução dos pensamentos” pode ter levado, afirma D'hulst, a uma reflexão sobre a relação das duas, suas naturezas e funções. É o que se vê, anos mais tarde, no verbete “*traduction, version*” da *Encyclopédie*. A tradução estaria mais ligada a reproduzir os pensamentos na forma mais adequada à língua-alvo, enquanto a versão estaria mais ligada à língua-fonte, uma espécie de “tradução literal” que faria o primeiro movimento de aproximação com o texto traduzido (D'HULST, 1996, p. 89).

Outro autor de que D'hulst lança mão em sua abordagem é Charles Batteux, que, em sua obra *Beaux-arts réduits à un même principe*, propõe a fundação de uma “ciência do belo”,

cuja base é o princípio da imitação. Batteux não usa em seu curso as antigas bases das Belas Letras – a História e a Eloquência –, para transmitir lições morais, mas as submete ao seu novo propósito: formar o gosto. A publicação de 1753 de seu curso ganha o título de *Cours de belles-lettres ou principes de la littérature*. Nela a literatura remete à “leitura crítica das belezas do texto”. O “triunfo da poética”, aponta D’Hulst, está na opção de Batteux de não mais adotar uma estrutura de categorias retóricas, mas uma estrutura teórica centrada nos gêneros. Em 1763, no *Traité de la construction oratoire*, Batteux aborda a tradução, estabelecendo regras para sua realização. Nesse ponto, D’Hulst destaca o avanço em relação ao tratamento da tradução. Se em Du Marsais ela é um instrumento de aprendizagem de uma língua, em Batteux ela recebe princípios reguladores detalhados, pois este estabeleceu regras tradutórias para a aplicação nos diversos gêneros literários. Dá-se, assim, uma aproximação do viés gramatical e pedagógico com a poética. Após Batteux, a tradução passa a ser incontornável. Autores ligados à gramática e às belas letras ou entram explicitamente no tema, ou afirmam a impossibilidade de abordá-lo. (D’HULST, 1996, p. 91-93).

No tomo IV dos *suppléments de l’Encyclopédie*, de 1777, Jean-François Marmontel assina um artigo sobre tradução no qual, destaca D’Hulst, ele se preocupa mais com a tarefa do tradutor, seus méritos, público e relações com outros homens de Letras do que com as regras de tradução ou com a diferenciação em relação à versão. Com Marmontel, percebe-se uma nova fase da relação do tradutor com o mundo literário:

O tradutor do Iluminismo cada vez mais se arroga o direito, como seus colegas poetas e filósofos, de manifestar pontos de vista sobre questões de tradução que são a expressão de uma poética que rompe, deliberadamente ou não, com a ortodoxia “escolástica”¹² (D’HULST, 1996, p. 93, tradução nossa).

Essa fase, na verdade, reflete o próprio momento do mundo literário, no qual discussões antes reservadas aos eruditos se abrem para um público maior. A tradução se coloca nos debates abrindo diversas frentes. Além das discussões ligadas às estruturas polarizadas como fidelidade-elegância, tradução em verso-tradução em prosa, tradução como reprodução-tradução como criação, um novo vigor é dado às reflexões tradutológicas na medida em que se nega a teorização por simples regras. Muitos tradutores usam seus prefácios para realizar reflexões tradutórias, nas quais se vê “um esforço para ultrapassar a base estreita das regras”, apresentando questões como “relações entre as línguas, entre o gênio do autor e do tradutor” ou mesmo como a qualidade das traduções. Segundo D’Hulst, os debates tradutórios assimilam os conceitos-chave da estética literária de então: “o simples, o natural, o gênio, o sublime” (D’HULST, 1996, p. 94).

No final do século XVIII, segundo esse autor, o cenário era de “um conjunto de esforços tateantes” para se dar uma organização às tantas ideias acerca da tradução. O estudo de Dom François-Philippe Gourdin, publicado em 1789, *De la traduction considérée comme moyen*

¹² Le traducteur des Lumières s’arroge de plus en plus le droit, à l’instar de ses collègues poètes et philosophes, d’exprimer sur les questions de traduction de points de vue qui sont l’expression d’une poétique qui tranche, délibérément ou non, avec l’orthodoxie “scolastique”.

d'apprendre une langue, et comme moyen de se former le goût, reflete essa situação. Mesmo que não consiga cumprir os objetivos propostos, como demonstra D'hulst, Gourdin percorre temas relevantes do momento em que vivia e, de certa forma, retrata a “ambivalência do pensamento tradutológico” de então. Havia uma hesitação entre aderir às formas tradicionais do método e do tratado e abraçar um pensamento mais autônomo, mas ainda sem bases firmes. Mas, de qualquer forma, a tradução já ocupava seu lugar nos debates sobre a “hierarquia das línguas” e sobre a “poética dos gêneros” (D'HULST, 1996, p. 95-96).

Uma abordagem literária: as *Belles Infidèles* e o gosto clássico

Alain Montandon, no ensaio *Quelques réflexions sur la traduction au XVIII^e siècle*, busca apresentar um panorama da produção e do pensamento acerca da tradução no período. Ele entende que a tradução não era considerada um subgênero e que fatores como a anglomania em voga por volta de 1740 trouxeram um *status* diferenciado à obra traduzida. A frase “traduzida do inglês” era, afirma Montandon, um apelo publicitário eficaz. Um fenômeno semelhante, mas de menor intensidade, foi a tradução de obras da literatura alemã nas duas últimas décadas do século (MONTANDON, 2004, p.79).

Logo nos primeiros parágrafos de seu texto, o autor afirma que a concepção de tradução do período era a seguinte:

Traduzir não é reproduzir, mas adaptar. A tradução é concebida como uma *translação*, uma passagem de uma cultura a outra com suas inevitáveis metamorfoses. Trata-se menos de acolher o outro com respeito à sua alteridade do que integrá-lo, adaptando-o aos gostos e expectativas do público autóctone¹³ (MONTANDON, 2004, p.80, tradução e grifos nossos).

A chave para essa concepção, aponta o autor, é a referência ao “bom gosto”, uma noção “eminentemente subjetiva, mas fundamentalmente ligada a uma estética sociológica”, que era um dos “critérios da poética clássica”. Para Montandon, a noção de *belles infidèles* reflete esse critério. A tradução necessariamente deveria ser “infidel ao original”, pois este não poderia ser trasladado [*translaté*] sem que se fizessem ajustes em função de diferenças de cultura, de articulação linguística e de critérios poéticos. Nada poderia chocar, desagradar, em função de valores estéticos presentes no original, porém ausentes na cultura de recepção. A tradução deveria ser lida “com toda fluidez e beleza de um escrito inédito e autêntico” (MONTANDON, 2004, p. 80-81).

Montandon entende que há um “egocentrismo cultural¹⁴” nessa perspectiva, além de

¹³ Traduire n'est pas reproduire, mais adapter. La traduction est conçue comme une translation, un passage d'une culture à une autre avec ses inévitables métamorphoses. Car il s'agit moins d'accueillir l'autre dans le respect de son altérité que de l'intégrer, de l'adapter aux goûts et attentes du public autochtone.

¹⁴ Antoine Berman nomeia a concepção de tradução que gerou as *belles infidèles* na França de “tradução etnocêntrica”, entendendo o etnocentrismo como “que traz tudo à sua própria cultura, às suas normas e valores, e considera o que se encontra fora dela — O Estrangeiro — como negativo ou, no máximo, bom para ser anexado, para aumentar a riqueza desta cultura” (BERMAN, 2013, p.39).

uma consequente liberdade do tradutor em transformar o texto, adaptando-o e melhorando-o. Nesse sentido, cita Charles-Pierre Colardeau, que afirma ser o ato de “aperfeiçoar” o mérito da tradução, embelezando e dando ao texto um “ar nacional” (MONTANDON, 2004, p. 81-82).

Outro tradutor citado pelo autor do ensaio é Antoine François Prévost, que traduziu os romances do inglês Samuel Richardson. Prévost afirma ter suprimido trechos que agradariam apenas a leitores que apreciam “pequenos detalhes domésticos” ou de “gosto grosseiro”. O tradutor, retirando o que representa a “velha grosseria britânica” que choca as demais nações europeias, teria tornado os romances mais “polidos” e mais conformes à “nobreza e à virtude”. Prévost, destaca Montandon, exige uma “moralização do estilo” que é compartilhada por muitos tradutores. Adaptar as obras aos valores estéticos e poéticos franceses fazia parte de uma ideia de universalidade do gosto cultivada pelos franceses setecentistas (MONTANDON, 2004, p. 82-83).

Montandon ainda apresenta posicionamentos de alguns outros tradutores que reforçam sua percepção. D’Alembert acreditava que o tradutor deveria “rivalizar com o seu modelo”, sendo também criador e não um “simples copista”. La Place, que traduziu a obra *Tom Jones* de Henry Fielding, pediu desculpas ao autor pelas mudanças que realizou no seu texto. Mas justificou que elas seriam necessárias para “acomodar” a obra ao gosto francês. Já Pierre Le Tourner, tradutor dos poemas de Edward Young, afirmou que seu objetivo foi produzir um “Young francês”, que pudesse ser lido “com interesse”, sem indagar-se em meio à leitura se se trata de “original ou cópia” (MONTANDON, 2004, p. 84-85).

A mudança de perspectiva tradutória, segundo Montandon, se dá nas últimas décadas do século XVIII. A sensibilidade à originalidade do estrangeiro aumenta e se começa a pensar “que o pitoresco, a cor local, os hábitos e costumes, o estilo e a sensibilidade, em vez de serem adaptados, devem ser traduzidos com toda a força de sua singularidade¹⁵” (MONTANDON, 2004, p. 89).

Julien-Louis Geoffroy, que a partir de 1776 é redator do periódico *l'Année littéraire*, é um dos críticos literários a propor uma tradução dentro da nova perspectiva. Para ele, era preciso traduzir os autores com base “no costume de seu país”. Torná-los “franceses” seria uma forma de mutilá-los. Era preciso lê-los com suas qualidades e com seus defeitos. Além disso, Geoffroy questiona a universalidade do gosto francês, a ideia de que em seus costumes estariam as regras do belo (MONTANDON, 2004, p. 89).

Considerações finais

Algo comum a todos os três estudos apresentados acima é tomar como objeto de análise os conteúdos dos discursos que tratavam direta ou indiretamente da tradução, sempre visando a esclarecer a forma como ela era pensada no século XVIII. Podemos considerá-los, apesar de cada um deles partir de uma área específica (Filosofia, Historiografia da Tradução e História da Literatura), como textos que tratam da história dos discursos tradutórios. Sendo

¹⁵ [...] que le pittoresque, la couleur locale, les mœurs et coutumes, le style et la sensibilité loin d’être adaptés doivent au contraire être rendus dans toute la force de leur singularité.

assim, são valiosos para o nosso campo também na medida em que reforçam a vocação interdisciplinar, seja dos Estudos da Tradução em geral, seja da Historiografia da Tradução em particular.

André Leclerc vislumbra em seu estudo as bases filosóficas daquela que considera a matéria prima da teoria da tradução vigente no período: a *Gramática de Port Royal*. Essas bases, a teoria do espírito e a lógica clássica foram relacionadas e adicionadas à edição da *Gramática* daquele século. Mais do que uma teoria tradutória elaborada por necessidades formais, a sua fundamentação era oriunda de uma cosmovisão produtora de uma semiótica específica e tripartite, onde a relação coisa-ideia-palavra era central.

Lieven D’hulst, diversificando suas fontes e apostando que, apesar da tensão entre homogeneidade e heterogeneidade, o papel do historiador é eleger sua abordagem diante das múltiplas perspectivas possíveis, entende que as visões acerca da tradução setecentista se manifestam e se entrecruzam em diversos meios. As relações entre noções linguístico-gramaticais, ensino-aprendizagem de língua e poética literária produziram uma efervescência de ideias tradutórias que, até o final do século, não estariam devidamente enquadradas em uma teoria comum e predominante.

Alain Montandon, construindo seu ensaio já a partir da noção de *belles infidèles*, toma-a como central no pensamento tradutório francês e europeu como um todo durante o século XVIII. Para reforçar seu argumento, serve-se de citações, em sua maioria de tradutores ou de críticos literários. Montandon opta, sem dúvida, pela homogeneidade. Qualquer ideia sobre fidelidade ao pensamento do autor e não à forma, embelezamento do texto, omissão de trechos que poderiam ferir o “gosto” francês, diziam necessariamente respeito à maneira de traduzir de d’Ablancourt. Mesmo as mudanças, que ocorrem ao final do século, são movimentos de oposição a ela. Apesar disso, o ensaio traz, na sua série de citações e entrecruzamentos de ideias de tradutores de diversos países europeus, uma perspectiva que auxilia a compreensão da visão literária e tradutória do período.

As pesquisas que se ocupam com a história da tradução do século XVIII não têm na noção de *belles infidèles* sua exclusiva chave de leitura. Mesmo sendo uma perspectiva corrente, não é predominante. Vimos que, em três abordagens (filosófica, historiográfica e literária), apenas a literária tomou a noção como central, elaborando uma narrativa na qual a oposição fidelidade x infidelidade acaba por subsumir toda a complexidade dos debates tradutórios setecentistas.

Vimos também que a Historiografia da Tradução, com seu caráter interdisciplinar e aberto ao uso de diferentes tipos de fonte documental, é capaz de oferecer diversas abordagens, além de aproveitar os caminhos de pesquisa trilhados por outras áreas. A pesquisa histórica, sem dúvida, pode contribuir para a mudança de olhar frente ao passado, quebrando ideias preconcebidas de que seriam possíveis culturas monolíticas e facilmente compreensíveis. Na medida em que o pesquisador, com suas dúvidas específicas, elabora suas escolhas e delimitações de investigação, um universo novo de possibilidades se abre e, a partir do produto de seu trabalho sério, contribui para o fim de visões estereotipadas e simplificadoras que podem estar presentes em expressões como *belles infidèles*.

Referências

- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Prault fils l'aîné, 1754.
- BERMAN, A. *A tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo*. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. 2. ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.
- D'HULST, L. *Essais d'histoire de la traduction: Avatars de Janus*. Paris: Classiques Garnier, 2014.
- D'HULST, L. Pour une historiographie des théories de la traduction: questions de méthode. *TTR*, v. 8, n. 1, p. 3-33, 1995.
- D'HULST, L. Unité et diversité de la réflexion traductologique en France (1722-1789). In: BALLARD, M.; D'HULST, L. *La traduction en France à l'âge classique*, Villeneuve d'Ascq (Nord), Presses universitaires du Septentrion, 1996. p. 83-100.
- HOLMES, J. S. The Name and Nature of Translation Studies. In: HOLMES, J. S. *Translated!: Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi, 1988, p. 66-80.
- HURTADO ALBIR, A. Perspectivas de los estudios sobre la traducción. In: HURTADO ALBIR, A. (ed), *Estudis sobre la traducció*. Coleção Estudis sobre la traducció, n. 1, Universitat Jaume I, 1994. p. 25-41.
- LECLERC, A. Le problème de la traduction au siècle des Lumières : obstacles pratiques et limites théoriques. *TTR*, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1988.
- LÉPINETTE, B. La historia de la traducción. Metodología. Apuntes bibliográficos. In: ORDÓÑEZ LÓPEZ, P.; SABIO PINILLA, J. A. *Historiografía de la traducción en el espacio ibérico*. Cuenca: Universidad de Castilla, 2015, p. 139-152.
- MÉNAGE, G. *Menagiana*. Paris: Florentin et Pierre Delaulne, 1694.
- MILTON, J. *Tradução: teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MONTANDON, A. Quelques réflexions sur la traduction au XVIII^e siècle. *Atelier de traduction*. Suceava, n. 2, p. 79-96.
- WOODSWORTH, J. History of Translation. In: BAKER, M.; MALMKJÆR, K. (eds), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1998. p. 100- 105.

Recebido em: 16/09/2021.

Aceito em: 24/05/2022.